

PORTARIA Nº 8 DE 9 DE JANEIRO DE 1996

(Publicada no Diário Oficial de 10/01/1996)

Altera o modelo da Guia Especial de Recolhimento – GER e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

Art. 1º Alterar o formulário da Guia Especial de Recolhimento – GER, conforme Anexo I, para recolhimentos a serem efetuados diretamente no Banco do Estado da Bahia S/A – BANEH.

Art. 2º A emissão da GER far-se-á, obrigatoriamente, quando se verificar uma das hipóteses a seguir relacionadas:

I - nos recolhimentos, por terceiros, das Receitas Orçamentárias abaixo discriminadas:

a) Receitas Patrimoniais:

1. Receitas Imobiliárias (aluguéis, arrendamentos etc.);

2. Receitas de Valores Mobiliários;

b) Receitas Agropecuárias;

c) Receitas de Serviços;

d) Transferências Correntes;

e) Outras Receitas Correntes:

1. Indenizações e Restituições;

2. Multas e Juros de Mora, exceto os de natureza tributária;

3. Receitas Diversas;

f) Receitas da Dívida Ativa Não Tributária;

g) Alienação de Bens:

1. Bens Móveis;

2. Bens Imóveis;

h) Outras Receitas de Capital;

II - nos recolhimentos, pela administração direta, autarquias, fundações e fundos por elas geridos, da Receita Orçamentária proveniente de Imposto de Renda Retido na Fonte, de acordo com o disposto no artigo 157, inciso I, da Constituição Federal, bem como o preceituado no Decreto nº 4.229, de 23 de maio de 1995.

III - nos recolhimentos, pela parte interessada, das Receitas extra orçamentárias a seguir relacionadas:

- a) Cauções e Fianças;
- b) Depósitos Administrativos;
- c) Depósitos Judiciais;
- d) Outros Depósitos;

IV - nos recolhimento, por servidores públicos, referentes a devoluções de qualquer natureza, bem como os recolhimentos relativos a devoluções de recursos de Convênios, efetivados por órgãos ou entidades conveniados, a exemplo de:

- a) Devoluções de Diárias;
- b) Devoluções de Adiantamentos;
- c) Devoluções de Vencimentos;
- d) Devoluções de Convênios;
- e) Outras Devoluções.

Art. 3º Os recolhimentos de cauções em favor dos órgãos da administração direta far-se-ão na Conta Única do Tesouro Estadual.

§ 1º Serão depositadas em contas específicas, em nome dos fundos especiais e entidades da administração indireta, as cauções relativas a processos licitatórios por eles promovidos.

§ 2º A comprovação das garantias em processos licitatórios dos órgãos da administração direta, autarquias, fundos especiais e fundações, prestadas através de original de Carta de Fiança Bancária, com firmas reconhecidas dos representantes legais do Banco emitente, dar-se-á na Secretaria da Fazenda, junto ao Departamento do Tesouro, mediante emissão de Certidão, atestando o recebimento da garantia.

§ 3º A liberação da Carta de Fiança Bancária de que trata o parágrafo anterior, pelo Departamento do Tesouro, far-se-á mediante solicitação do órgão licitante, após cumprimento do objeto do contrato.

Art. 4º A GER deverá ser preenchida conforme as instruções dispostas no Anexo II, em quatro vias, com as seguintes destinações:

- I** - 1º via: Retida pelo Banco para encaminhamento à SEFAZ/DEPAT;
- II** - 2º via: Banco;
- III** - 3º via: Responsável pelo recolhimento;
- IV** - 4º via: Responsável pelo recolhimento para envio à U.G., quando for o caso.

Art. 5º O Recolhimento da GER será efetuado exclusivamente no Banco do Estado da Bahia S/A - BANEBA, que, no seu recebimento, deverá analisar a guia sob os seguintes aspectos:

I - atendimento do número de vias;

II - preenchimento dos campos obrigatórios, conforme estabelecido no Anexo IV;

III - legibilidade, inexistência de rasuras ou emendas.

Parágrafo único. A inobservância dos critérios previstos nos incisos I a III deste artigo, quando da apresentação da GER, acarretará o não acatamento da guia pela instituição bancária, devendo o responsável pelo recolhimento providenciar a sua regularização.

Art. 6º Os recolhimentos das receitas e ingressos de que trata essa Portaria somente poderão ser efetuados mediante a utilização da Guia Especial de Recolhimento – GER, recusando-se o estabelecimento bancário a efetivá-los através de qualquer outro documento, a exemplo de Guias de Depósito, DOC etc.

Art. 7º O crédito proveniente das receitas e ingressos de que trata esta Portaria será efetuado no mesmo dia do seu recebimento.

Art. 8º Por se tratar de modelo a ser utilizado no âmbito de todo o Estado, ficam os órgãos técnicos desta Secretaria encarregados de promover, junto ao Fundo Rotativo de Material – FRM, as medidas necessárias para a impressão e distribuição do formulário da GER, cujas especificações encontram-se definidas no Anexo I desta Portaria.

Art. 9º Enquanto não for distribuído o novo formulário da GER, o responsável pelo recolhimento deverá utilizar-se do modelo anterior, dando-lhe o mesmo tratamento do disposto nos artigos desta Portaria, utilizando o campo 15 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES para preenchimento com os dados obrigatórios, previstos no Anexo IV, que não disponham de campo específico no formulário em uso.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 1º de janeiro de 1996.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, em 9 de janeiro de 1996.

RODOLPHO TOURINHO NETO
Secretário

ANEXO I
MODELO E ESPECIFICAÇÕES DA GER

ANEXO II
INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

ANEXO III
CODIFICAÇÃO DO RECOLHIMENTO

ANEXO IV
CAMPOS DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO E DE VALIDAÇÃO